

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Carlos Alberto Pavani

**AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL:
o enfrentamento da censura e o avanço das ideias liberais**

Taubaté - SP
2020

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Carlos Alberto Pavani

**AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL:
o enfrentamento da censura e o avanço das ideias liberais**

Trabalho de Graduação apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Me. Armino Boll

Taubaté - SP
2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

P337o Pavani, Carlos Alberto

As origens da imprensa no Brasil : o enfrentamento da censura e o avanço das ideias liberais / Carlos Alberto Pavani. -- 2020.

40 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.

Orientação: Prof. Me. Armindo Boll, Departamento de
Ciências Sociais e Letras.

1. Família real portuguesa no Brasil, 1808-1921. 2. Imprensa -
História. 3. Censura. 4. Pluralidade de ideias. I. Universidade de
Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de
História. II. Título.

CDD – 079.81

Carlos Alberto Pavani

**AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL:
o enfrentamento da censura e o avanço das ideias liberais**

Trabalho de Graduação apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade de Taubaté.
Orientador: Prof. Me. Armino Boll

Data: 04/12/2020

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Armino Boll

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Assinatura _____

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Camara Neto

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu pai, Carlos Pavani, e minha mãe, Sandra Duzone Cruz Pavani, que sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida, e sem eles com certeza não seria possível o desenvolvimento desta pesquisa.

Outra pessoa muito importante que me deu motivação a não desistir deste trabalho, e dispôs de um tempo precioso de sua vida, foi meu inesquecível professor Mestre Armindo Boll, o qual me ajudou muito no desenvolvimento deste trabalho e me sinto eternamente grato pela atenção, disposição e paciência para que este trabalho tenha sido feito com tanto carinho.

Além disso, gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte de minha formação como professor de História, principalmente ao amigo Bruno Inocêncio, que por sua vez tentou me ajudar ao máximo com o desenvolvimento da pesquisa.

EPÍGRAFE

*Não alcançamos a liberdade buscando a liberdade, mas sim a verdade.
A liberdade não é um fim, mas uma consequência.*

Leon Tolstói

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre a origem e o desenvolvimento da imprensa no Brasil, desde seus primeiros ensaios até sua efetividade em 1808, e o seu desenvolvimento nos primeiros anos subsequentes. Utilizando como método principal a revisão bibliográfica de obras conceituadas sobre o tema para descrevermos o contexto histórico do Brasil a relação da Corte Portuguesa como metrópole em relação às suas colônias, no nosso caso a censura imposta no Brasil Colônia justifica o porquê da implementação tão tardia da imprensa nos territórios brasileiros. A vinda da família Real e a Instalação da Corte no Rio de Janeiro criou o cenário propício para o surgimento da imprensa e, sobretudo, com as primeiras medidas políticas do Príncipe Dom João. A imprensa, teve papel importante nas decisões políticas e sociais desde sua instalação até o surgimento da imprensa independente. Nossa pesquisa nos permitiu observar que a imprensa contribuiu para o surgimento de ideias plurais no diálogo com os leitores e com as intenções que a Coroa tinha para o futuro do País.

Palavras-chave: Vinda da Família Real, Criação da Imprensa, Censura, pluralidade de ideias

ABSTRACT

This work aims to research the origin and development of the press in Brazil, from its first exercises to its effectiveness in 1808, and its development in the first subsequent years. Using as a main method a bibliographic review of renowned works on the theme to describe the historical context of Brazil, the relation of the Portuguese Court as a metropolis in relation to its colonies, in our case the censorship imposed in Brazil Colony justifies the reason for the late implementation of the press in the Brazilian territories. The arrival of the Royal family and the Installation of the Court in Rio de Janeiro created the favorable scenario for the emergence of the press and, above all, with the first political measures of Príncipe Dom João. The press, had an important role in the political and social decisions since the installation until the appearance of the independent press. Our research observing us that the press contributed to the emergence of plural ideas in the dialogue with the readers and with the intentions that the Crown had for the future of the Country.

Key-words: Coming from the Royal Family, Creation of the Press, Censorship, plurality of ideas

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| INTRODUÇÃO..... | p.10 |
| 1. A vinda da família real ao Brasil..... | p.12 |
| 1.1. A família real no Brasil..... | p.12 |
| 1.2. Abertura dos portos..... | p.14 |
| 1.3. O cotidiano no Rio de Janeiro Joanino..... | p.17 |
| 2. A constituição da imprensa no Brasil..... | p.23 |
| 2.1. O antiintellectualismo na América portuguesa..... | p.23 |
| 2.2. Repressão e primeiros ensaios da imprensa no Brasil..... | p.25 |
| 2.3. O desenvolvimento da opinião pública..... | p.27 |
| 2.4. Correio Braziliense e Hipólito da Costa..... | p.28 |
| 2.5. A imprensa no Brasil..... | p.30 |
| 2.6. A gazeta do Rio de Janeiro e os primeiros jornais independentes..... | p. 34 |
| 2.7. O legado da imprensa..... | p. 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | p. 38 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre os primeiros anos da constituição da imprensa no Brasil e a história dos primeiros jornais a circularem no país. A história da imprensa nos mostra que antes dos anos de 1808 a Coroa Portuguesa exercia uma censura constante e ostensiva.

Buscaremos refletir sobre o contexto social, político e econômico do país. O tema da imprensa no Brasil tem relevância no Brasil do século XIX, pois é graças às folhas de jornais publicadas durante os anos subsequentes a 1808 que conseguimos compreender, com mais clareza, os movimentos políticos e sociais que eclodiram em rupturas históricas importantes na história do Brasil.

Na metodologia buscamos utilizar da revisão bibliográfica de diversos autores como referenciais teóricos para fundamentar nossa pesquisa em seus vários aspectos: social, econômico e político do Brasil no início do século XIX e trabalhar o desenvolvimento dos mecanismos tanto de controle da produção intelectual colonial, até mesmo o desenvolvimento da imprensa no Brasil nesses primeiros anos. Utilizamos das análises iconográficas, principalmente do artista *Debret* para compreendermos o cotidiano e a sociedade do Rio de Janeiro a partir da chegada da Família Real e de *sites*, os quais foram utilizados principalmente nas nossas imagens do presente trabalho.

No primeiro capítulo, procuramos compreender o contexto social, político e econômico da época, a partir do livro *História do Brasil*, do historiador *Boris Fausto*, que trata da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil como um acontecimento único na história mundial. Como Portugal tinha uma dependência econômica da Inglaterra, tendo em vista que havia uma balança comercial favorável aos interesses ingleses, principalmente na comercialização de seus produtos. O Príncipe Regente Dom João tentou ludibriar Napoleão com sua falsa obediência a ele, enquanto ganhava tempo para articular sua fuga por meio do apoio da esquadra inglesa, que o ajudou chegar são e salvo no Brasil com sua família. Esse fato histórico muda a condição do que o Brasil se via até o momento, pois a primeira medida de Dom João foi decretar a abertura dos portos às nações amigas. Este decreto contribuiu para o livre comércio em diversos setores da sociedade brasileira. O Brasil agora não mais se via como Colônia Portuguesa, sujeito a negociar somente com sua metrópole, podendo negociar principalmente com a Inglaterra, a qual será beneficiada amplamente. Além disso, o Rio de Janeiro passou por uma mudança

estrutural para que pudesse abrigar a Corte Portuguesa, o que contribuiu para modernizar aos poucos a então capital do Brasil.

No segundo capítulo, discorremos sobre as dificuldades históricas que a imprensa teve em se instalar no Brasil antes da vinda da Corte. Utilizamos principalmente o livro *História da Imprensa no Brasil*, do historiador *Nelson Werneck Sodré*, que faz uma análise relevante dos reais interesses da Coroa Portuguesa para com o Brasil, que, não tinha interesse em criar uma população letrada, diferente da América Espanhola.

Foi somente em 1808, com a chegada da família real portuguesa e com a medida de abertura dos portos sancionada por d. João é que *Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça* encontrou um cenário favorável para criar seu jornal denominado *Correio Braziliense*, escrito na Inglaterra e enviado para o Brasil. A partir do livro *O nascimento da Imprensa Brasileira*, da historiadora *Isabel Lustosa*, conseguimos compreender a importância que tanto Hipólito quanto seu jornal tiveram para criar um plano nacional para incentivar as ideias liberais e combater o modelo absolutista, durante os anos que sucederam 1808, que fomentando o debate sobre modelos políticos. Esses debates acabaram por contribuir para o desenvolvimento da imprensa independente e, que ficaram cada vez mais acalorados após a Revolução do Porto, principalmente quando se descobriu as reais intenções de Portugal para com o Brasil, o que acelerou a Independência do nosso país.

1. A VINDA DA FAMÍLIA REAL AO BRASIL

1.1 A FAMÍLIA REAL NO BRASIL

O início do Século XIX começou muito conturbado na Europa ocidental. Devido a ascensão de Napoleão Bonaparte¹ como Imperador da França, os conflitos entre a França e a Inglaterra resultaram em um dos maiores acontecimentos para o Brasil, que se encontrava na situação de colônia portuguesa até então. A partir do Bloqueio Continental², imposto por Bonaparte aos países europeus em relação a negociações com a Inglaterra e ao desrespeito a esse bloqueio por parte de Portugal, foi que o território português sofreu um duríssimo ataque das tropas francesas com o intuito de bloquear a comercialização do país luso com a Inglaterra. Porém, neste meio tempo, a família real portuguesa, com anseio de que acontecesse com eles o que aconteceu com seus vizinhos espanhóis, decidiu transferir toda sua corte ao Brasil, no último momento.

Com a ajuda da Marinha Inglesa, a Corte portuguesa chegou ao Brasil em janeiro de 1808, que contava com membros de diversas áreas do sistema burocrático português, cerca de 10 a 15 mil pessoas, entre eles “Ministros, conselheiros, Juízes da Corte suprema, funcionários do Tesouro, Patentes do exército e da marinha, membros do alto clero”³. Além disso os navios transportavam todo o tesouro real, uma impressora e várias bibliotecas. A viagem em si não foi das melhores, considerando alguns problemas e dificuldades, como embarcações superlotadas, escassez de alimentos, uma tempestade que acabou dividindo a frota durante o trajeto e ataques de piolhos que obrigaram as mulheres a rasparem seus cabelos.

¹ Napoleão Bonaparte foi um militar e um líder político Francês durante os anos de 1769 a 1821, responsável pela conquista de boa parte da Europa durante seu governo como Imperador, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX.

² Uma medida imposta pela França aos países europeus, para que rompessem laços econômicos com a Inglaterra, por meio do fechamento de seus portos, com o intuito de fortalecer a indústria Francesa durante o período.

³ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p.121

O primeiro destino da Corte portuguesa foi a Bahia, porém, devido a alguns fatores que envolviam o clima e a região decidiram não se estabelecer por lá e ficam pouco tempo, pois logo se dirigiram ao Rio de Janeiro, que se tornou a capital do Império português. As medidas impostas pela Coroa neste momento foram de grande importância.



1. A Chegada de D. João VI ao Brasil, óleo sobre tela de Candido Portinari FONTE: <https://br.pinterest.com/pin/574771971175982766/>

Uma vez que a família real deixou Portugal o Brasil, não mais se via na condição de colônia e, sim, de metrópole e centro do Império. A real importância desta nova situação que o Brasil começou a viver foi a mudança de consciência da população que aqui se estabelecia e nas relações comerciais que começaram a surgir a partir dali. Não à toa que a primeira medida que Príncipe Regente Dom João decretou foi a abertura dos portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808. Este fato por si só acaba com 300 anos de sistema colonial e coloca o Brasil em um patamar de importância no mercado mundial.

A abertura dos portos, em um primeiro momento, favoreceu os interesses dos ingleses, os quais começaram a exigir diversas regalias na entrada de seus produtos no país, e não havia a possibilidade de recusar essas regalias inglesas, a família real ficou refém, não até que seu território fosse reconquistado na Europa. Portanto, o Rio de Janeiro se tornou a porta de entrada dos produtos ingleses destinados não só ao Brasil, mas também para a região do Prata e para a costa do Pacífico.

Os Ingleses, aos poucos, foram se tornando Senhores da Alfândega Brasileira, onde conseguiam regular tudo e dar total prioridade às embarcações inglesas que aqui chegavam. Outro grupo que se beneficiou com a medida da abertura dos portos foram os proprietários rurais que produziam bens destinados à exportação, principalmente produtores de açúcar e algodão. Pois, a partir desta medida conseguiam vender seus produtos a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial. O que trouxe uma grande revolta aos comerciantes, tanto no Rio de Janeiro quanto em Lisboa, o que fez que o Príncipe Regente fizesse algumas mudanças. Em julho de 1808, por decreto, estipulou que o comércio livre fosse feito somente pelos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Outra medida que o Príncipe Regente Dom João tomou, assim que pisou em terras Brasileiras, foi revogar o decreto que proibia a instalação de manufaturas na Colônia, já que, até então, o Brasil tinha como objetivo exportar matéria prima e comprar produtos manufaturados diretamente da metrópole. Além disso, “isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídio para a indústrias de lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas”⁴.

1.2 ABERTURA DOS PORTOS

Este foi um dos fatos ocorridos mais importantes para o Brasil em cerca de 300 anos. A abertura dos portos representou uma emancipação do país perante sua metrópole, já que, depois dessa abertura, nunca mais o Brasil irá se ver na situação de Colônia. Porém, essa decisão trouxe alguns problemas nas relações comerciais portuguesas. As primeiras delas foram certas concessões dadas, por parte da Coroa, aos ingleses que, além de controlarem a alfândega,

⁴ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p.122

tiveram seus produtos taxados com porcentagens mais baixas do que os próprios produtos portugueses durante o Tratado de Navegação e Comércio, assinado em 1810, o qual se estabeleceu que as taxas a produtos ingleses seria de 15%, e portugueses tinham sua taxa fixada em 16 % “a tarifa a ser paga sobre as mercadorias inglesas exportadas ao Brasil foi fixada em apenas 15% de seu valor, pelo tratado de 1810”. Isso não quer dizer que a Coroa agiu de maneira precipitada, mas sim que a Coroa estava totalmente refém dos ingleses, já que eram responsáveis tanto pela tentativa de reconquistar as terras portuguesas na Europa, quanto na proteção das colônias portuguesas por meio de suas esquadras. Isso de certa forma abriu brechas para os ingleses adentrarem não só na economia, mas também na sociedade brasileira:

“O penúltimo documento estipulava a recíproca liberdade de comércio e navegação nos domínios das duas coroas, com direito de circulação e residência aos súbditos de D. Joao e de Jorge III, e garantia a proteção de direitos e gozo de privilégios e imunidades concedidas aos respectivos vassallos que se beneficiavam do estatuto de nação mais favorecida: Incluía, também, várias disposições relativas a frete, tonelagem e transporte de mercadorias, além de outras referentes à liberdade de consciência e de culto para os britânicos residentes no Império Português.”

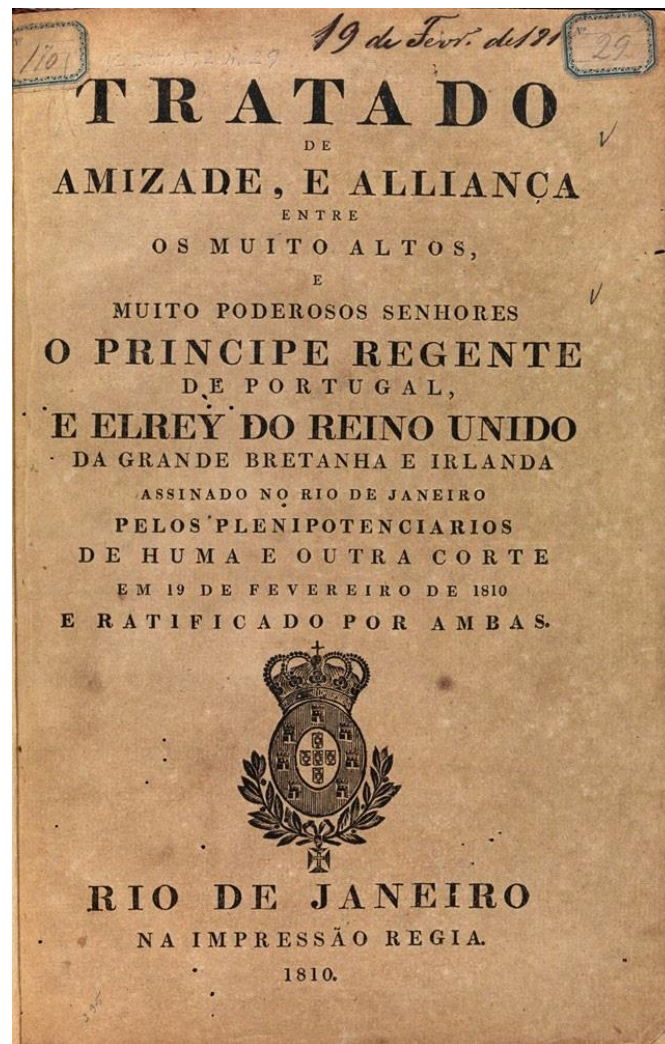
(COUTO, Jorge. 2008)

Como podemos perceber nas Cartas de Leis ⁵, o controle dos ingleses que aqui residiam e comercializavam era bem frouxo. Na Carta de 26 de fevereiro de 1810, em seu artigo IX p. 48, estabelece que a Santa Inquisição ⁶ não poderá perseguir nenhum tipo de vassalo ⁷ britânico nas terras brasileiras, permitindo qualquer tipo de autonomia religiosa e de culto. Outro artigo importante para entender um pouco dos limites impostos, pela Coroa aos britânicos que aqui residiam é o artigo VIII, p.56, o qual estabelecia o direito de viajar, de residir em casas e armazéns, comprar residências e vendê-las, não poder ser recrutado como militares e ser livre para receber qualquer tipo de visita ou de buscas vexatórias principalmente de livros, papéis ou contas comerciais e caso sejam, por algum motivo, acusados de traição ainda recebiam um julgamento juntamente com o cônsul da Grã Bretanha para a devida defesa.

⁵ Legislação do Império, de 1808 a 1889, publicada pela Imprensa Nacional. Inclui Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões Imperiais.

⁶ A Inquisição Portuguesa, também conhecida como *Tribunal do Santo Ofício*, foi uma instituição da Igreja Católica que perseguia, julgava e punia pessoas acusadas de cometer crimes considerados heréticos.

⁷ Aquele que é súdito de um soberano



2. Capa do Tratado de Amizade e Aliança, acordo entre Portugal e Inglaterra (<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/88-a-corte-no-rio-de-janeiro/8852-presen%C3%A7a-inglesa-os-novos-colonizadores-e-os-tratados-de-1810>)

Porém, existia um ponto no tratado que preocupava não só a Coroa portuguesa, mas todos os setores dominantes da sociedade colonial. A Inglaterra, por meio do Tratado de Aliança e Amizade⁸ e o Tratado de Navegação e Comércio, exigia que Portugal limitasse o tráfico de escravos em todos seus territórios, especialmente no Brasil e prometia, mesmo que de maneira amistosa, combatê-lo.

O que mostra que a Coroa portuguesa não tinha nenhum interesse em acabar com o sistema colonial pré-existente é o fato que, por mais que houvesse uma repressão inglesa, Portugal

⁸ Tratado de Aliança e Amizade é um tratado assinado por Portugal e Inglaterra em 1810 para extinguir o tráfico negro.

conseguia burlar os acordos assinados, pois logo após a vitória da Inglaterra sobre a França de Bonaparte, Portugal, em 1815, no Congresso de Viana⁹, assinou um acordo se comprometendo a acabar com o tráfico negreiro ao norte do Equador, com uma cláusula que permitia o “direito de visita” a embarcações suspeitas do tráfico em alto mar o que, na prática deveria ter diminuído a quantidade de escravos que chegavam ao continente sul americano. Porém, o efeito foi contrário, tanto o valor dos escravos quanto a quantidade deles aumentaram drasticamente após esse período.

1.3. O COTIDIANO NO RIO DE JANEIRO

A chegada da Família Real ao Brasil mudou não só as relações comerciais no país, mas também mudou sua fisionomia, principalmente se tratando do Rio de Janeiro, que era uma cidade importante antes da chegada da Coroa, teve sua arquitetura totalmente remodelada com o estabelecimento de diversos edifícios culturais na cidade, como, bibliotecas, teatros, academias literárias e científicas, principalmente com o intuito de suprir a necessidade tanto da Coroa quanto de uma sociedade em rápida expansão. Pode-se dizer que o Rio de Janeiro se tornou uma cidade onde circulavam ideias, principalmente devido ao primeiro jornal impresso na colônia. A população no Rio de Janeiro durante a era Joanina mais que dobrou e as necessidades de uma mão de obra qualificada para atender o recente mercado interno da cidade atraiu diversos imigrantes “espanhóis, Franceses e Ingleses que vieram a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados”¹⁰.

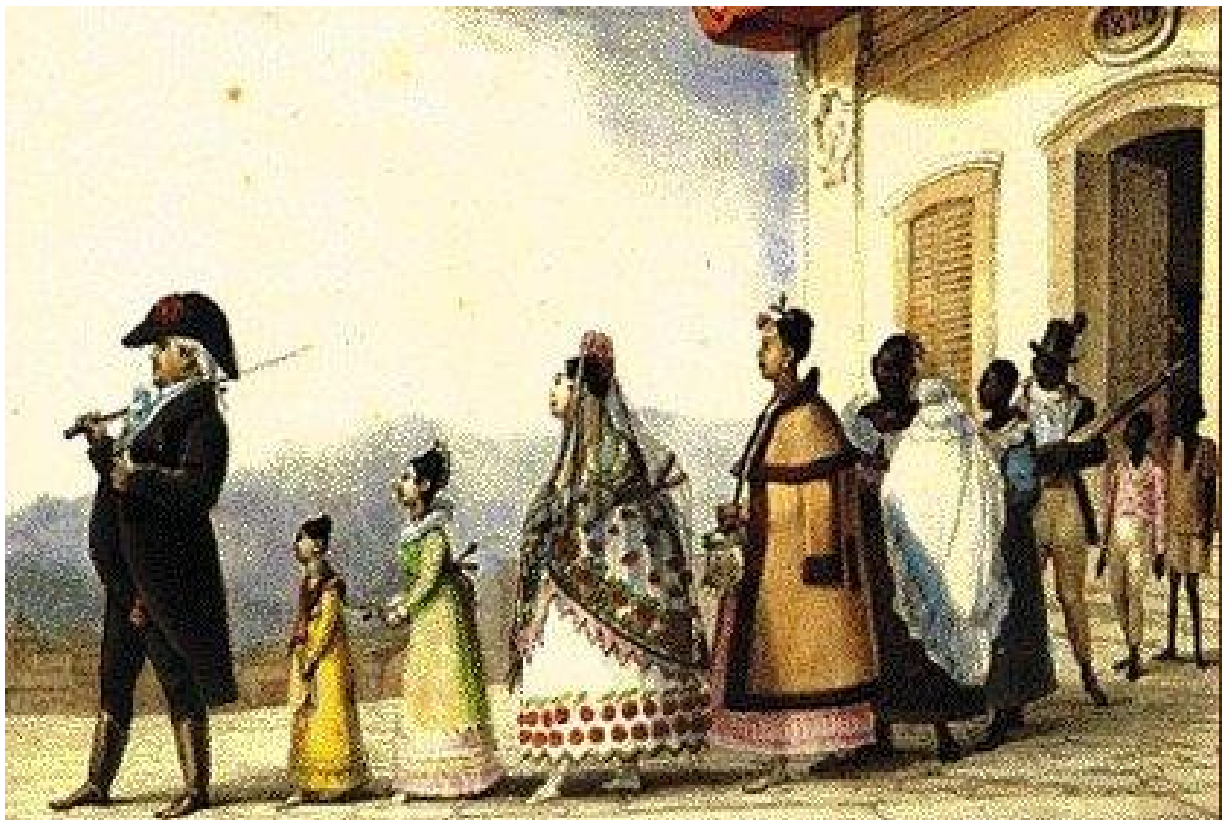
O Rio de Janeiro também atraiu a atenção de alguns cientistas e artistas, outros foram contratados pela Coroa para que pudessem contribuir para a sociedade que tinham o intuito de fundar. Entre eles um pintor, cujas obras tem ajudado nos dias atuais os historiadores a compreenderem, um pouco mais sobre o cotidiano das pessoas e as relações sociais entre elas naquela época. Jean Baptiste Debret (1768-1848) e seus quadros relatam as relações entre diversas camadas da sociedade. E alerta sobre o fato de se interpretar os quadros como uma representação fiel dos fatos, mas que devemos entender a motivação do artista/pintor em querer

⁹ O Congresso de Viena foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que aconteceu na capital austríaca, entre setembro de 1814 e junho de 1815, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica.

¹⁰ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p.127

representar aquele momento, inclusive com registros escritos sobre as obras. Debret não só pintou figuras relacionadas à Corte portuguesa mas, também, registrou em suas obras a arquitetura do Rio de Janeiro, os hábitos, costumes e práticas diárias da população.

Na imagem a seguir, Debret interpreta o que seria a hierarquia de uma família aqui no Brasil: Como figura principal da pintura encontramos o Homem em sua posição de destaque, o primeiro da fila com trajes que remetem ao Príncipe Regente Dom João, demonstrando o domínio patriarcal de uma família ligada ao governo local, em seguida, suas filhas em ordem de tamanho, da menor para a maior e, em seguida, a esposa. Depois ele coloca a hierarquia dos negros dentro das famílias, após a Esposa em seu lado direito temos uma mulata com vestimentas bem mais complexas se comparadas aos últimos negros da fila, o que demonstra o grau de aproximação de cada negro à família e quanto mais próximo dela, sua condição tanto de vestuário quanto de alimentação e de cuidados melhora.



3-Empregado do governo saindo a passeio. Fonte: Bandeira e Lago (2009. p. 169)

Nas ruas das cidades os senhores de escravos gostavam de ostentar trajes caros em seus escravos, pois era uma maneira de mostrar aos outros seu poder financeiro; às vezes, o valor dos trajes superava o valor do próprio escravo como nos conta Viotti¹¹.

Na figura 4, vislumbramos um pouco de como era a convivência de uma senhora com seus escravos mais próximos, dentro das casas, mãe e sua filha conviviam com os filhos de suas escravas, mas, há uma certa diferença entre os trajes das escravas que estão tricotando juntamente com a senhora e a que está servindo, a filha da senhora, demonstrando que não só nas ruas essa hierarquia entre os escravos numa família ficava evidente, mas também dentro das casas.

4. Uma senhora de algumas posses em sua casa. Fonte: Bandeira e Lago (2009. P. 176)



¹¹ VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Impressões sobre os trajes dos cativos no Brasil dos séculos XVIII e XIX: entre trapos e rendas. In: Portuguese Studies Review, v. 24. n.1, 2016, p. 151-153

Era bem comum Debret retratar escravos em suas obras, mostrando que a realidade Brasileira, durante seu período de estada no Brasil, era composta por uma grande população de negros, que exerciam uma variedade de serviços em áreas totalmente diferentes na sociedade. Os afazeres na cidade eram tão distintos um dos outros que podemos perceber, na figura 5, a utilização de um escravo por um oficial militar para que carregue seus pertences e, até mesmo, sua arma de cerimônias. O que evidência a dependência dessa sociedade diante do trabalho escravo em virtude da comodidade que eles traziam às famílias mais abastadas, já que oficiais eram nobres designados ao serviço pelo rei.



5. Oficial da corte indo ao palácio. Fonte: Bandeira e Lago (2009. P. 255)

Outros afazeres registrados por Debret dos escravos no convívio do Rio de Janeiro era o dos escravos de ganho. Muitos dos senhores liberavam seus escravos para vender principalmente bebidas refrescantes na cidade, pegando um pouco da porcentagem do lucro para si. Muitos dos escravos conseguiam comprar sua liberdade através dos ganhos com esse tipo de serviço. Aqui vemos na figura 6, negros vendendo bebidas refrescantes, principalmente

Aluá, que seria um arroz macerado e açucarado, limões doces e cana-de-açúcar. Segundo Debret, esses negros se destacavam pelos vestuários, que se remetiam muito à sua cultura africana e se destacava pela sua elegância: “Essas vendedoras de aluá se destacam pela elegância de seus trajes, necessariamente proporcionais à fortuna de seus senhores [...].”¹²

6. Refrescos do largo do palácio, gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) Fonte:



<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/edicoes/63/cozinha-a-ceu-aberto/>”.

¹² BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. 3ª ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2009, p. 212

2. A CONSTITUIÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL

2.1. O ANTIINTECTUALISMO NA AMERICA PORTUGUESA

A origem da imprensa nas Américas está ligada à necessidade da produção intelectual local e a criação das universidades está ligado à necessidade do prelo (Máquina de impressão tipográfica). Segundo Sodré¹³, Portugal não instalou universidades na colônia, devido ao tipo de sociedade e ao tipo de economia que se estabeleceram aqui em contra ponto à América Espanhola. Portugal encontrou nos litorais Brasileiros uma sociedade primitiva, que não se aproveitava para o trabalho e que implicou na destruição física do meio ambiente, com a instalação dos engenhos. Já em alguns outros pontos, onde havia sociedades indígenas mais avançadas, das quais se conseguia aproveitar a mão de obra, percebemos a destruição cultural, através das missões jesuíticas: “Mais importante do que alfabetizar as crianças indígenas – e alfabetizar para que? – era destruir nelas a cultura de seus pais”¹⁴. No entanto, os espanhóis encontraram sociedades indígenas culturalmente complexas, com conhecimentos avançados que, inclusive, conheciam a mineração e se utilizavam dos metais preciosos, não por serem valiosos como para os europeus em seu sistema mercantilista, mas porque tinham significados culturais e religiosos. Mas onde o invasor encontrou uma sociedade culturalmente avançada teve de utilizar instrumentos mais complexos presentes em sua própria sociedade. E é nesse sentido que se surgem as universidades e a própria imprensa na América Espanhola, o que não ocorreu no Brasil, que não conheceu nem mesmo a universidade e teve, apenas, alguns ensaios da imprensa em seu período colonial que não foram para frente. Sobre a relação entre a formação das universidades e a imprensa na América Espanhola, Sodré¹⁵ diz que o objetivo delas não era de caracterizar a tolerância entre os indígenas e os colonizadores, e sim de “esmagar, de destruir, da necessidade de, pelo uso dos instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração”. Não à toa que Portugal negou a instalação de universidades em seus territórios, como também proibiu qualquer tipo de produção intelectual, diferentemente de seu vizinho. Para ilustrar esta diferença na produção intelectual ou até mesmo o “atraso” que Portugal impunha às suas colônias, Holanda¹⁶ destaca que no mesmo século que a imprensa oficial chegou ao Brasil, ou seja, no século XIX a capital peruana havia impresso 3948 obras, entre 1584 a 1824 e, na Cidade do México, esse número

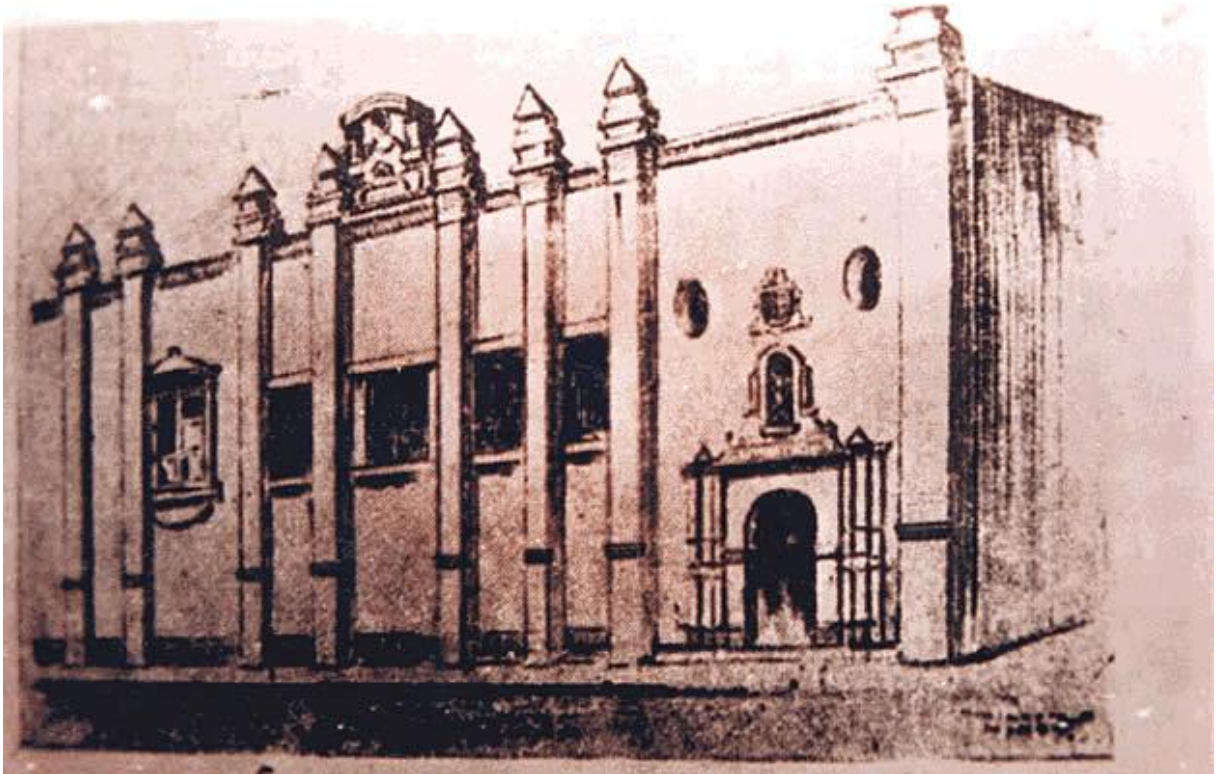
¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.10

¹⁴ Idem. p. 11

¹⁵ Idem

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 144

era um pouco inferior com cerca de 2673 obras, bem maior do que o que era produzido no Brasil. Isso não quer dizer que, no Brasil, não houve interesse da população local de produzir impressos, ou de repassá-los, muito pelo contrário. Segundo Martins e Luca¹⁷, a imprensa não se estabeleceu em um vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual ela iria ser inserida, o que quer dizer que, antes mesmo de 1808, foi possível registrar mais de 300 obras de autores nascidos no Brasil, incluindo não só livros, “Mas impressos anônimos, relatando festejos, e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos” e por mais que a sociedade não fosse alfabetizada, as palavras não ficavam fechadas a círculos de letrados e intelectuais mas que haviam lugares onde as palavras circulavam de maneira livre por meio da fala, como “as Administrações civil, militar e eclesiástica”.



7. Fachada do antigo local da, A Real Universidade (Atual Universidade Nacional Mayor de San Marcos) em Lima, Peru. A primeira universidade nas américas, fundada em 1551. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:UNMSM_grabadofachada_sigloXVIII.jpg

¹⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p.25

2.2. REPRESSÃO E PRIMEIROS ENSAIOS DA IMPRENSA NO BRASIL

Enquanto a América Espanhola se encontra numa relação de amizade com a produção intelectual e se utiliza dessa ferramenta para acolher a cultura dos povos do território que ela dominava, Portugal irá pelo caminho oposto, abominando qualquer tipo de produção intelectual em sua colônia, isso porque Portugal sempre teve um laço muito estreito com a produção intelectual de seu país, pois muito do que ocorrerá na Colônia até 1700 no Brasil, foi uma extensão do que acontecia na própria metrópole. Logo, em 1547, o cardeal dom Henrique baixava um *index*¹⁸ que proibia 7 autos de Gil Vicente¹⁹. Por meio deste documento o religioso se colocava como autoridade censora máxima. Os livros que aqui chegavam ou eram produzidos estavam sujeitos a três tipos de censura diferentes. Em um primeiro momento, os livros só podiam circular com o *nihil abstat*²⁰ eclesiástico; em seguida, se submetiam à censura do Desembargo do Paço²¹ e em uma última etapa, pela Santa Inquisição. Esse sistema de censura funcionava da mesma maneira em Portugal e durou até os anos de 1768, quando Marques de Pombal resolveu fundir esses três estágios em um único, denominado a Real Mesa Censória, que aumentou ainda mais a repressão sobre os impressos feitos na Colônia ou sobre as obras estrangeiras que entravam por aqui pelas embarcações, da mesma maneira que entravam em Portugal. Era comum ver jovens estudiosos estudando as obras proibidas e, durante o sec. XVIII, havia diversas livrarias em Lisboa que pertenciam à França, que, no final, acabavam vendendo os livros e espalhando os ideais da então revolta contra a monarquia que ocorrera na França. Entretanto, a repressão era grande contra essas obras, mas não o suficiente para impedir que muitas dessas obras acabassem vindo de navio para o Brasil. Além das obras proibidas, ainda chegavam aqui as gazetas e correios estrangeiros que, além de serem proibidos em Portugal também eram proibidos no Brasil. Segundo Sodré²², o Conde de Resende era um dos leitores dessas gazetas europeias proibidas e o acesso delas era muito fácil, já que era comum ver “Papéis, gazetas, livros” sendo vendidas por marinheiros ingleses nos cais. Outra

¹⁸ O *Index Librorum Prohibitorum*, em tradução livre o Índice dos Livros Proibidos era uma lista de publicações consideradas heréticas, anticlericais ou lascivas e proibidas pela Igreja Católica.

¹⁹ Gil Vicente foi um dramaturgo e poeta português, criador de vários autos é considerado um dos maiores representantes do teatro popular em Portugal. Nasceu em Guimarães no ano de 1465 e faleceu em Évora, no ano de 1536. No início do século 16, há referência a um Gil Vicente na corte, participando dos torneios poéticos.

²⁰ *Nihil obstat*, expressão latina que significa "nada obsta", é uma aprovação oficial do ponto de vista moral e doutrinário de uma obra que aspira ser publicada, realizada por um censor da Igreja Católica.

²¹ O Desembargo do Paço, exercido oficialmente por desembargadores ao serviço do Rei no seu Paço Real, constituiu o tribunal supremo de justiça de Portugal, entre o século XVI e o início do século XIX.

²² SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.14

interessante figura que aparece mencionado nos *Autos da Devassa* era Tiradentes, e comprovam que em 1788, “andara procurando no Rio livros que tratassem do levante dos ingleses.”

Mattos²³ coloca que a questão da liberdade de imprensa sempre foi discutida no Brasil, pois esta aparecia nos projetos das revoltas que aconteceram em Minas (1798), no Rio (1794), na Bahia (1798) e em Pernambuco (1801) segundo as autoridades que investigaram essas revoltas.

Porém, foi em 1706 que começou a ocorrer medidas sistemáticas, por parte de Portugal, para restringir a liberdade de imprensa no Brasil. O que demonstra que o Brasil começou a sentir necessidade de se expressar e conquistar a liberdade de expressão. Houve o confisco de duas tipografias, uma era a tipografia “clandestina”, que funcionava em Recife, que imprimia “letras de câmbio e orações, no ano de 1706, e que foi fechada pela Carta Régia, de 8 de junho do mesmo ano, que determinava “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”²⁴ ; a outra, foi fundada alguns anos depois, exatamente no ano de 1746, por Antônio Isidoro da Fonseca, inaugurada no Rio de Janeiro, mas no ano seguinte foi fechada pela Carta Régia de 10 de maio “que proibia a impressão de livros ou de papéis avulsos na colônia”²⁵.

Sodré²⁶ diz respeito a importância dos livros que aqui chegavam por maneiras ilegais durante o surto minerador, pois durante esse período era muito comum os exploradores das pedras preciosas mandarem seus filhos estudar fora do país, os quais, muitas vezes, voltavam com livros que não eram permitidos pelos órgãos censores.

“Nos fins do século XVIII, começaram a aparecer bibliotecas particulares. Os autos das “” inconfidências “” as revelam, no intuito de agravar a sorte dos acusados: ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexplicáveis. Os que estudavam na Europa, traziam livros, entretanto, e até os emprestavam.”
(SODRÉ, 1983, p. 12)

O que acabava justificando que a liberdade de imprensa era algo questionado no período, mas calado pela Coroa Portuguesa.

Por isso, constatamos a falta de interesse em se estabelecer tipografias no Brasil antes de 1700, pelas condições que a Colônia vivia, pois o escravismo dominante era contrário a

²³ MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 99

²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.17

²⁵ MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 100

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.10

qualquer tipo de produção intelectual ou qualquer tipo de difusão. “A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias a instalação da imprensa.”. Nem mesmo os holandeses, que foram pioneiros na arte da imprensa periódica, quando dominaram o nordeste do Brasil e trouxeram relativos avanços técnicos à região mais rica do período, não tiveram o interesse de instalar algum tipo de atividade tipográfica. Mostrando, assim, que a necessidade de se produzir e de se expressar qualquer tipo de conhecimento não era aceito, não só por Portugal, mas, também, pela Holanda.

Antes do Século XVIII as bibliotecas particulares eram bem raras, reservadas aos mosteiros e às ordens religiosas que aqui estavam. Entretanto, a partir do começo do começo de 1700, por causa, principalmente, pelo surgimento de cidades relacionadas à economia mineradora, passou a ser comum encontrar obras proibidas nas mãos de moradores dessas cidades, o que deixou a Coroa Portuguesa em alerta, principalmente com navios estrangeiros que desembarcavam no Brasil, com obras que ilustravam, no imaginário de algumas figuras importantes do período, um certo sonho de liberdade para com a metrópole Portuguesa, que gerou diversas tentativas de emancipação. Ainda assim, mesmo com a repressão a esses atos, as sociedades secretas, naquela época, se multiplicavam por todo continente. As ideias de filósofos iluministas tomavam conta dos debates das lojas maçônicas. Mas não eram só os encontros de maçons que discutiam as novas ideias, algumas igrejas também viraram palco dos debates iluministas, principalmente nas mãos de figuras religiosas como perceberíamos na Revolução Pernambucana de 1817²⁷.

2.3. O DESENVOLVIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA

Como vimos até aqui, sabemos que o Brasil não podia produzir nenhum tipo de conteúdo sem previamente passar pela Censura Régia, órgão que raramente deixava algo ser publicado, de fato, no país. Porém, isso não quer dizer que jornais não circulavam no Brasil antes mesmo de 1808, pelo contrário, era comum jornais europeus aqui. Foram registrados 15 periódicos, entre 1750 e 1777 e, principalmente, a *Gazeta de Lisboa* era lida tanto em Portugal quanto na América, mas, ressalte-se que eram jornais submetidos à Censura prévia e que pouco debatia sobre a política vigente até 1808.

²⁷ A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, foi um movimento de caráter liberal e republicano que eclodiu no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, no Brasil.

As páginas desses periódicos se resumiam em trazer informações referentes às notícias do dia a dia, ciência, literatura e história. E, foi a partir de 1808, com o surgimento do jornal *Correio Braziliense* que esses debates começaram a ocorrer dentro das páginas de jornais, dando um primeiro passo para o movimento que se denomina “opinião pública” no Brasil, assim como nos conta²⁸.

A Opinião Pública nasce nos primeiros anos do século XIX desempenhando um papel de destaque nas sociedades ocidentais, agindo na construção dos espaços públicos e na legitimação do nascimento de visões políticas diferentes. Portanto, se compreendermos que dentro da sociedade absolutista havia pessoas letradas que faziam o “Uso público da razão construindo leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política”²⁹, podemos compreender que essa população alfabetizada precisaria do apoio popular ou de uma maioria para legitimar as críticas que faziam ao poder e para construir um ambiente novo, seja no sentido econômico, social ou até político. E vai ser nas folhas de jornais que alguns grupos irão se articular para propagar formas diferentes de governo até então estabelecido, o Absolutismo, mas sempre atendendo ao ponto de vista e aos interesses de uma classe social dominante. Não à toa que Hipólito da Costa, o fundador do *Correio Braziliense*, irá se utilizar da imprensa para trazer seu projeto de união luso-brasileira, abrindo então um espaço público de debates sobre a situação em que o Brasil se encontrava na ocasião. Isso representa um marco na consciência nacional e também um passo grande para a articulação política no país.

2.4. CORREIO BRAZILIENSE E HIPÓLITO DA COSTA

O *Correio Braziliense* foi um jornal que existiu durante os anos de 1808 a 1822, elaborado por Hipólito da Costa e que foi muito importante para a difusão dos ideais do liberalismo e, das vantagens do sistema de governo baseado na Constituição.

Antes de refletirmos sobre a existência deste jornal propriamente dito, temos que entender as motivações por trás de seu surgimento, procurando entender um pouco da história de seu fundador.

²⁸ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 30

²⁹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33.

Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça nasceu no ano de 1764, na colônia de Sacramento, na Cisplatina, onde hoje conhecemos pelo território do Uruguai. Cresceu no Rio Grande, numa família de prestígio na região de Pelotas. Ainda novo foi estudar em Coimbra e se formou em 1794. Em seguida foi para os Estados Unidos cumprir a missão em nome da Corte Portuguesa que consistia em espionar os avanços tecnológicos que ali estavam florescendo. Sua missão durou 2 anos e ilustrou muito de seu posicionamento político anos depois, já que os Estados Unidos, durante esse período era um “lugar com instituições sociais, políticas e culturais avançadas, como conheciam a imprensa livre e os processos eleitorais adiantados”³⁰.

Esses conhecimentos que Hipólito conquistou em sua estadia nos Estados Unidos fez com que ele questionasse tudo aquilo que conhecera, como a situação em que tanto o Brasil como Portugal vivia, ou seja, tantos progressos em contra ponto a um local atrasado, obscuro e dominado por uma aristocracia de cabeça fechada, vivendo sobre um regime absolutista em que a Inquisição ainda dominava. No entanto, em 1800, voltaria a Lisboa para trabalhar na Imprensa Regia, publicando livros de técnica e de economia. Mas seus anos no exterior, fizeram com que se envolvesse com a Maçonaria, cujos ritos pressupunham a liberdade religiosa, que, Portugal ainda não aceitava. Foi devido a esse envolvimento com a Maçonaria que Hipólito faria grandes amizades na Inglaterra, já que em 1802 em uma viagem oficial a Londres o colocou de frente com a maçonaria Inglesa, a qual era sem dúvida uma das mais importantes do mundo e contava como seus membros os filhos do Rei George III e Augusto Frederico, o duque de Sussex, figuras importantes da Inglaterra, com as quais, Hipólito faria amizade.

Foi por conta desse contato que Hipólito, em sua volta a Lisboa, foi condenado à prisão pelo Santo Ofício. Seus novos amigos ingleses, principalmente o Duque de Sussex, que viveu em Lisboa nos anos de 1801 a 1804, tentaram retirá-lo da cadeia, mas as leis dos Santo Ofício eram tão severas que só fugindo ele conseguiu escapar no ano de 1805. E foi em Londres que acabou sendo acolhido, pelos irmãos maçons.

Neste meio tempo, Hipólito se dividia entre tradutor e professor de português até que, em 1808, um novo fator fez com que se tornasse o primeiro jornalista brasileiro.

³⁰ LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2003, p.10



(8. Imagem de Hipólito da Costa FONTE: <https://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia>)

2.5. A IMPRENSA NO BRASIL

Príncipe Regente Dom João, veio fugido de Napoleão para o Brasil com toda sua Corte e com o tesouro real. Neste momento, Hipólito enxergou uma oportunidade de drásticas transformações institucionais para o Brasil e Lisboa. O que mais o instigava, era o progresso

que esse, evento traria para sua terra natal e, principalmente, o fato de que esse ato era uma ruptura com o modelo que Portugal vivera na Europa. “Quem sabe não se poderia adotar um novo sistema, providenciando para que as instituições que se implantassem aqui fossem de fato modernas, avançadas, para que os preconceitos e os vícios do Estado português não fossem transplantados para o Brasil.”³¹ Hipólito considerou que a maneira que poderia contribuir para isso foi a da palavra impressa e livre de censura como já era costume na Inglaterra, país que, lhe acolheu. E sendo amigo de figuras importantes na política inglesa e protegido pelas leis da livre imprensa, sentia-se seguro para criticar e fazer observações dos negócios portugueses e da administração da Corte no Rio de Janeiro, como nenhum outro súdito ousou a fazer.

O jornal era publicado em Londres e seu primeiro número foi publicado no dia 1º do mês de junho de 1808 e o nome escolhido foi *Correio Braziliense*, o que se refere aos portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam brasileiros, ou seja, acreditavam no Brasil como sua verdadeira pátria. O jornal naquele período pouco se parecia com os jornais que conhecemos hoje, não só em seu formato, mas tem relações ao papel que ele buscava exercer na sociedade. Como o mundo acabara de passar pelas ideias iluministas, o papel do jornalista se confundia com o de um educador, dando a sensação de que o jornalista levará a luz para aqueles que viviam na escuridão. Isso porque, durante o Século XIX, a sociedade não tinha acesso à educação e, por isso, o jornalista se sentia na obrigação de suprir a falta de escolas e de livros com seus escritos.

“Assim não era de se estranhar que o jornal tivesse o tamanho e a forma de um livro, nem que fosse composto de longos e densos artigos onde a informação era veiculada de forma circunstanciada e analítica em textos que, às vezes, se prolongavam por vários números seguidos. Era assim o *Correio Braziliense*; cada número tinha cerca de 100 páginas e era dividido em sessões: política, comércio e artes, literatura e ciência, miscelânea” (LUSTOSA, Isabel. 2003, p.14).

Hipólito acrescentava um detalhe a mais em cada edição, incluía uma parte chamada “Reflexões sobre as novidades do mês”. Sem dúvida era a parte mais interessante do jornal, já que, geralmente, nessa etapa do jornal Hipólito expressava seu pensamento em relação à política brasileira, além das críticas e sugestões à administração da Corte no Rio de Janeiro. Pois, a partir desse conteúdo conseguimos analisar não só a história da imprensa, mas a história das ideias no Brasil.

Grande parte do jornal era dedicado a publicar acontecimentos mundiais que geralmente Hipólito colhia de outras gazetas internacionais e, inclusive, era o noticiário mais atualizado possível que chegava ao Brasil. Foi graças ao *Correio Braziliense* que os brasileiros ficavam

³¹ LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2003, p. 13

informados sobre toda a trajetória de Napoleão na Europa até sua derrota em Waterloo, e seu exílio em Santa Helena. Outro fator de destaque quanto aos noticiários do Correio, era o noticiário das lutas pela independência que estavam ocorrendo na América Espanhola, que tinha como objetivo atingir o povo brasileiro e, principalmente, guiá-los para as ideias liberais que Hipólito acreditava e, sobretudo, alertar sobre os males do Absolutismo ou qualquer tipo de despotismo, “Por isso boa parte do jornal era dedicada a comentar e criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos”.

Hipólito acreditava na monarquia constitucional assim como conhecia na Inglaterra, queria uma maior transparência nas contas públicas e que o Estado reduzisse a sua interferência sobre as ações da sociedade e, por fim, defendia o fim da escravidão gradativa, apoiando a substituição da mão de obra negra por mão de obra branca de pobres europeus. Estas ideias se replicavam em diversas páginas de jornais que aqui chegavam e, bem provavelmente, moldou boa parte do ideário brasileiro.

O jornal se manteve nesse modelo até 1820, quando eclodiu a revolução constitucionalista do Porto, a qual demonstrava um descontentamento dos deputados portugueses com a situação em que Portugal se encontrava. Exigiam a volta de Dom João VI para reorganizar a política local. Essa situação, em um primeiro momento, foi vista com bons olhos por parte de Hipólito, já que estava sendo feita uma Constituição em Portugal e, basicamente, as folhas do *Correio Braziliense* exclusivamente, informavam os brasileiros sobre o que se passava na política em Portugal. Mas quando os deputados portugueses começaram a votar projetos para o Brasil sem ao menos esperar a chegada dos deputados brasileiros e vendo que o plano de Portugal era recolonizar o Brasil, Hipólito começou em suas páginas a repudiar tal ação e estimulando o desenvolvimento do jornalismo independente no Brasil. Até que, em Novembro de 1822, Hipólito fechou o jornal, dizendo que sua missão estava encerrada como jornalista.

CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

2.6 A GAZETA DO RIO DE JANEIRO E OS PRIMEIROS JORNAIS INDEPENDENTES

O primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançado no dia 10 de setembro de 1808. Surgiu para ser uma espécie de boletim oficial, onde se publicava os decretos e notícias relacionadas à Família Real, assim como acontecia com a *Gazeta de Lisboa* antes dela vir ao Brasil. Este jornal foi redigido por frei *Tibúrcio da Rocha*, que, quatro anos depois, abandonou a atividade por conta da morte de *D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, o responsável direto do jornal. Logo em seguida quem assumiu o posto do frei foi o *Manuel F. De Araújo Guimarães* até nos anos de 1821.

A *Gazeta* servia de contra ponto ao *Correio Braziliense*, enquanto um se esforçava para trazer críticas ao sistema absolutista e propagar as ideias do liberalismo, este não tentava nem se quer lembrar o leitor que algo do tipo existia. Porém, nem tudo era oposição, compartilhavam alguns pontos de vista semelhantes como, por exemplo, o apoio à monarquia. Hipólito acreditava em uma monarquia parlamentarista, assim como conhecera na Inglaterra e também lutavam juntos contra qualquer tipo de ruptura aos ideais de revolução e em criticar a Revolução Francesa. Porém, a *Gazeta* ainda se submetia a uma censura prévia, com notícias internacionais totalmente filtradas para que nada que remetesse a temas como revolução e liberalismo fosse difundido. Até o ano de 1821, o Rio de Janeiro ficou totalmente refém dessa *Gazeta* e, foi com a ida do Rei Dom João VI a Portugal devido a pressão de parlamentares portugueses na revolução do Porto, que começou a surgir uma imprensa independente no Brasil.

Há de se pensar que pelo andar dos movimentos revolucionários que aconteceram em Pernambuco, em 1817, que envolveu principalmente a maçonaria, que o primeiro jornal independente foi relacionado ao movimento maçom, mas não.

O primeiro jornal independente foi conduzido por *José da Silva Lisboa* que, nos anos a seguir, iria ficar conhecido como Barão de Cairu, conhecido como um dos maiores intelectuais brasileiros da época. Ele participou, inclusive, na elaboração do decreto de abertura dos portos e, até então, era membro da junta responsável pela Censura da Imprensa Régia. Cairu fundou o jornal *Conciliador do Reino Unido* e tinha como objetivo criticar a própria liberdade de imprensa. Por mais que se definisse liberal, ainda sim se via conservador no quesito liberdades públicas. Era comum em suas páginas ver afirmações relacionando a liberdade de imprensa à desordem total e acreditando fielmente que a liberdade ilimitada de imprensa nunca iria existir,

porque baseava seus argumentos nas teses de Von Gentz³². Outros dois jornais que surgiram no primeiro semestre de 1821 foi *O Amigo do Rei e da Nação* e *O bem da Ordem*, dois jornais que ainda não expressariam o real sentimento dos liberais que neste momento estavam inquietos devido ao rumo que a revolução do Porto estava tomando.

Foi só no segundo semestre de 1821, especificamente no dia 15 de setembro, que dois respeitáveis maçons lançaram o jornal denominado *Revérbero Constitucional Fluminense*. Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego³³ da Capela Real, Januário da Cunha Barbosa, pela primeira vez no Brasil publicaram, sem a censura da imprensa régia, pela primeira vez também, sobre os lemas da revolução francesa, defendendo abertamente a liberdade de imprensa, dando enfoque principalmente a críticas relacionadas às medidas que a Corte Portuguesa estava tomando para o Brasil. Porém, por mais que as críticas fossem intensas, não defendiam um plano de independência e diziam ao povo brasileiro para não se precipitarem nesse sentido. O surgimento do *Revérbero* representou as tensões políticas que o Brasil passou durante o ano de 1821 e já mostrou as complicações que brasileiros e portugueses teriam dali para frente.

Outro jornal que surgiu no mesmo ano foi *O Espelho* fundado pelo então antigo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* já descontente com os ganhos que o jornal tinha. O Coronel Manuel Ferreira de Araújo rompeu seu vínculo com a *Gazeta* e criou seu próprio jornal. No dia 1º de outubro de 1821 surgiu nas praças do Rio de Janeiro sua primeira edição, e indicando que este jornal era, possivelmente, financiado por Dom Pedro.

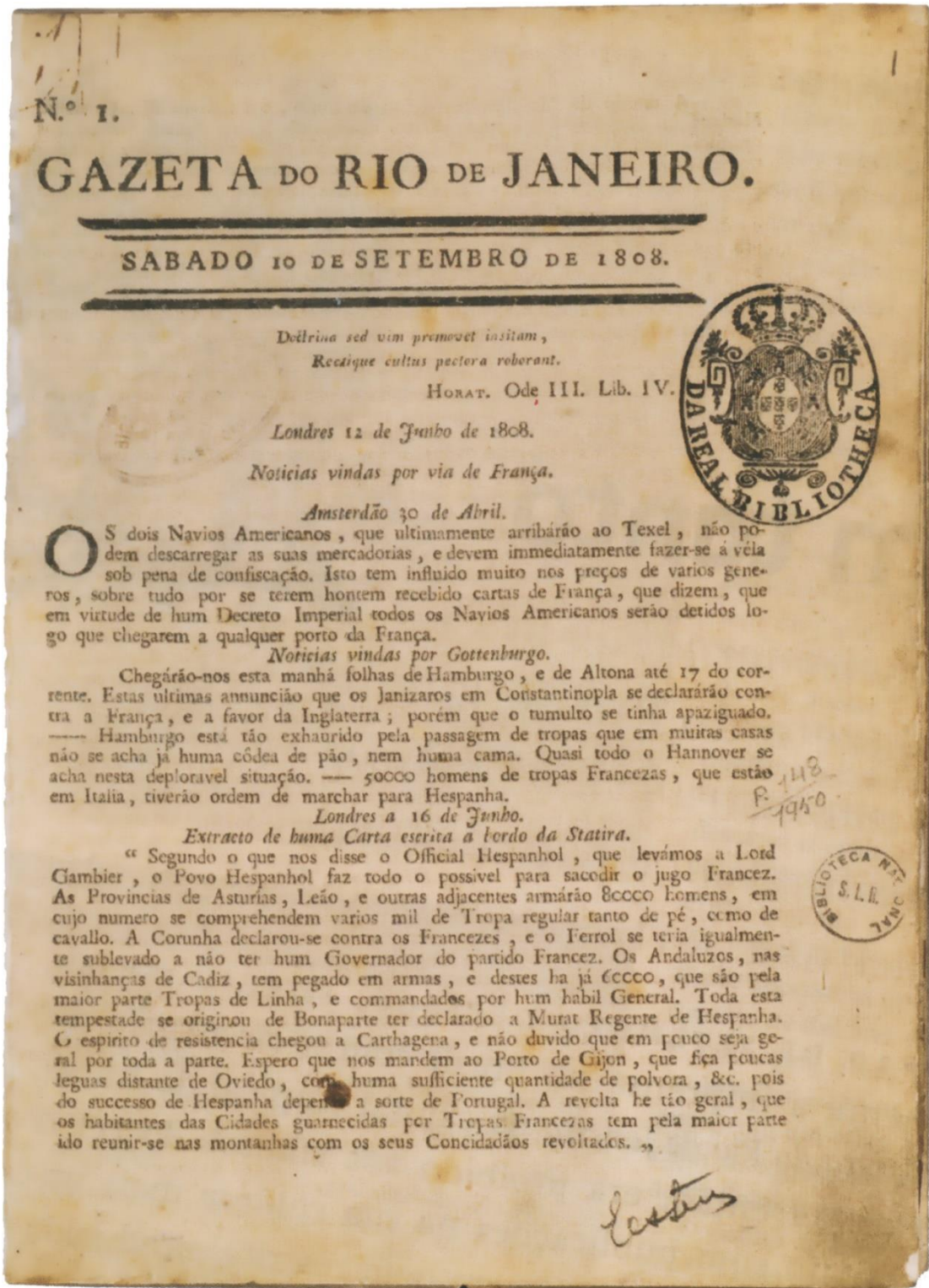
Foi a partir do conhecimento das palavras impressas que o Brasil nunca mais seria o mesmo e, principalmente, após a criação da imprensa independente que o mundo das ideias e interesses começaram a divergir entre o povo Brasileiro. Um exemplo da importância que a imprensa exerceu dali em diante foi a denúncia que os panfletos chamados de *Despertador Brasiliense* fizeram, expondo explicitamente os reais interesses da Corte de Portugal para com o Brasil. Como afirma “era apenas um panfleto, mas pregava a sublevação contra as Cortes. Exigia de Dom Pedro que ficasse, desmascarava o sentido colonialista das medidas e a intenção de fragmentar o Brasil”³⁴. Com isso, percebemos que a imprensa exerceu um papel importante, na política e ajudou na criação de um plano nacional. Podemos dizer que o *Despertador Braziliense*, por exemplo, pode ser considerado o primeiro grito de nossa independência,

³² Friedrich Von Gentz (1764-1832) diplomata e conselheiro da Corte do Imperador da Áustria, o qual emanava em suas obras o mais intenso raio do absolutismo.

³³ Padre secular pertencente a um conjunto de clérigos de uma catedral, ou de uma basílica que segue uma regra e por vezes goza de um benefício eclesiástico

³⁴ LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2003, p. 25

evidenciando o amplo espaço que a imprensa conquistou na sociedade em tão curto tempo de existência na América portuguesa.



(10. Capa do primeiro jornal produzido no Brasil, Gazeta do Rio de Janeiro. https://pt.wikipedia.org/wiki/Gazeta_do_Rio_de_Janeiro#/media/Ficheiro:Gazeta_do_Rio_de_Janeiro_1808.png)

2.7. O LEGADO DA IMPRENSA

A partir do atraso da constituição da imprensa no Brasil haverá certas discussões posteriormente a elaboração das primeiras páginas dos jornais independentes, em relação à liberdade de expressão.

O Brasil irá ser visto como um país independente, com uma Constituição, também com a monarquia firme no poder, assim como Hipólito esperava, com seus escritos. Porém, longe de ser uma política parecida com a da Inglaterra, era uma nova política à brasileira, já que houve a necessidade de modernizar o aparelho estatal, copiando assim as grandes referências mundiais mas, ao mesmo tempo, barrando o avanço social nas relações de trabalho.

A escravidão é um exemplo da manutenção dessas relações. O que impossibilitou não só o atraso do desenvolvimento econômico do país, mas também impossibilitou o surgimento de uma consciência de fato revolucionária durante a independência do Brasil. Tudo isso podemos ver nas páginas dos primeiros jornais, nos quais havia um certo receio ao se tocar nesse assunto. Entretanto na escala política, não se negava a criticar a monarquia.

Isso demonstra para os historiadores que estudam jornalismo no Brasil que o jornal e as palavras são de grande importância para a tomada de uma nova consciência pública e sem essa “propaganda” a história do Brasil não teria sido como foi. A imprensa por si só foi um agente importante para a criação de um plano nacional para o Brasil e chegou a decidir o futuro de uma nação, pois a implementação de um jornal que possibilitou o acesso de um povo letrado ao que acontecia tanto dentro da política nacional quanto na internacional, reforçando a ideia de que precisaríamos ser mais modernos, e revolucionando o campo político do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo, analisar brevemente os primeiros anos da Imprensa no Brasil e seus reflexos na sociedade brasileira, que foi de grande importância no campo social. Conseguimos conhecer o contexto social, econômico e político do Brasil e do mundo, com a chegada das primeiras folhas de jornais na América Portuguesa. Para isso, consideramos necessário retomar os primeiros anos de 1800 e, principalmente, o ano de 1808, quando aconteceu um fenômeno único no mundo, a vinda de uma Corte, para as terras Americanas. Daí, colocamos em contraponto a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil com as primeiras medidas tomadas pelo Príncipe Regente assim que chega, como a ajuda com a impressão de documentos, livros que foram impressos em territórios brasileiros, quanto com as obras internacionais que chegaram a figuras importantes da política brasileira durante o período joanino. Destacamos dois fatos nesta pesquisa; o primeiro, a abertura dos portos, ato muito importante em diversos aspectos da política joanina, e que, ajudou a compreender o porquê dos jornais de Hipólito da Costa terem conseguido circular na América Portuguesa sem o controle da Real Mesa Censória; outro foi buscar compreender a sociedade Brasileira em seus aspectos sociais e, daí, através da análise das obras de Debret, fica claro quais pessoas tinham o real acesso às letras e exerciam a chamada “opinião pública” durante este período.

Além disso, foi necessária uma breve abordagem da imprensa durante o Brasil Colônia, para entendermos um pouco da relação imposta tanto por Portugal em sua metrópole quanto em suas colônias ao acesso a livros e impressos em seus territórios e sua política de censura que durante o período da colonização portuguesa, o que colaborou para o entendimento do atraso da instalação da imprensa no Brasil. Comparamos os modelos de imprensa instalados na América Espanhola em seus primeiros anos de colonização ao de Portugal, que instalou sua imprensa mais tardiamente. A imprensa absolutista não tinha o papel de trazer conhecimento para a grande maioria da população como a imprensa atual busca fazer, mas controlar, por meio das palavras, seus súditos, reforçando a centralização do poder e as fronteiras nacionais, assim como aconteceu durante o período da imprensa régia.

Consideramos que, para estudar os desdobramentos da imprensa do Brasil, precisávamos também conhecer a biografia do principal jornalista no período, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, o criador do primeiro jornal a circular no Brasil, chamado *Correio Braziliense*. Este jornal, por si só, teve uma importância muito grande para a mudança de consciência das elites locais, que culminou nas críticas ao modelo de governo absolutista. A

partir daí encontramos a ferramenta utilizada no período para uma ruptura na história do Brasil, pois foi com a fagulha acesa por Hipólito que os outros jornais começaram a propor reflexões diferentes, assim como fez a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas tudo em torno das novas ideias que aqui chegaram por meio do *Correio Braziliense*. Depois dos primeiros jornais, a imprensa independente conquistou um espaço na sociedade. Vale salientar, assim como salientamos durante a pesquisa, que Hipólito não era um homem à frente de seu tempo e, sim, um homem no seu tempo, pois o desejo da população mais influente da sociedade brasileira de ter um jornal já era grande, mas sempre foi sufocado pelo Estado. Por isso, refletimos também sobre os primeiros ensaios da imprensa no Brasil, para entendermos que aquele movimento, cedo ou tarde, iria acontecer. E Hipólito encontrou um cenário propício para divulgar suas ideias na América portuguesa, o que esses primeiros ensaios não conseguiram fazê-lo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marli Gomes de; MARCICANO, João Paulo Pereira; HELD, Maria Silvia Barros de. A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n.74, p. 270-301, dez. 2019.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. 3ªed. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

COUTO, Jorge. Abertura dos Portos, 200 anos. Salvador, BA: Associação de Usuários dos Portos da Bahia- Usuport, 2008.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2003.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Sérgio. Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Impressões sobre os trajes dos cativos no Brasil dos séculos XVIII e XIX: entre trapos e rendas. *Portuguese Studies Review*, v.24, n.1, 2016, p. 149-163.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.